

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Rodrigues Sales, Jean

A REVOLUÇÃO CUBANA E O DEBATE DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL NOS
ANOS 1960: EUROPA E AMÉRICA LATINA

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
15, núm. 1, enero-abril, 2011, pp. 91-109

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305525027007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A REVOLUÇÃO CUBANA E O DEBATE DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL NOS ANOS 1960: EUROPA E AMÉRICA LATINA*

Jean Rodrigues Sales **

Resumo. O Movimento Comunista Internacional (MCI) passou por importantes transformações no decorrer da década de 1960. Profundamente abalado pelos eventos que se seguiram ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o MCI veria, na década seguinte, a cisão entre russos e chineses agravar ainda mais sua situação. Neste artigo, trataremos, portanto, da forma como a revolução cubana se insere nesse quadro de incerteza que reinava entre os comunistas no período.

Palavras-chave: Movimento Comunista Internacional; Revolução Cubana; Partidos Comunistas.

CUBAN REVOLUTION AND THE DEBATE ON INTERNATIONAL COMUNIST MOVEMENT IN THE 60'S: EUROPE AND LATIN AMERICA

Abstract. International Communist Movement (ICM) has undergone important transformations during the 60's. Deeply disturbed by the events that followed the 20th Congress of Communist Party of Sovietic Union, ICM would see, on the following decade, the scission between the Russians and the Chinese worsen even more. On this article we will therefore discuss the way as Cuban Revolution is inserted on this uncertainty picture that reigned among communists in this period.

Keywords: International Communist Movement; Cuban Revolution; Communist Parties.

* Artigo recebido em 04/10/2010. Aprovado em 08/02/2011.

** Professor do Curso de Graduação e Pós-Graduação em História do Instituto Multidisciplinar (IM), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

LA REVOLUCIÓN CUBANA Y EL DEBATE DEL MOVIMIENTO COMUNISTA INTERNACIONAL DURANTE LA DÉCADA DE '60: EUROPA Y AMÉRICA LATINA

Resumen. El Movimiento Comunista Internacional (MCI) pasó por importantes transformaciones en el transcurso de la década de '60. Profundamente sacudido por los acontecimientos que siguieron al XX Congreso del Partido Comunista de la Unión Soviética, el MCI fue testigo del distanciamiento entre rusos y chinos durante la década siguiente, agravando aún más la situación. Por lo tanto, aquí trataremos de la forma en que la revolución cubana se inserta en este cuadro de incertidumbre que reinaba entre los comunistas durante el período considerado.

Palabras Clave: Movimiento Comunista Internacional; Revolución Cubana; Partidos Comunistas.

OS ANOS 1950 E A QUEBRA DO MONOLITISMO

O Movimento Comunista Internacional (MCI) passava por profundas modificações quando a revolução cubana eclodiu. Aos poucos, ele abandonou os modelos centralizadores adotados até 1956 para inaugurar um momento marcado pelas conferências internacionais, as quais dariam novos contornos ao internacionalismo proletário. No decorrer da década de 1960, em cada uma das conferências realizadas, percebe-se a perda de força da ideia de monolitismo do MCI.

Foi com a III Internacional Comunista (IC), ou *Komintern*,¹ que se desenvolveu a prática não somente de uma extrema centralização do internacionalismo proletário pela aceitação, pelos partidos que nela ingressavam, de regras estritas, mas também a incorporação do modelo bolchevique de organização partidária. Ao mesmo tempo, cristalizou-se a concepção de que os partidos comunistas (PCs), como seções nacionais da IC, deviam colocar em prática a linha política traçada por esse organismo (WOLICOW, 2000a; 2000b).

A IC foi dissolvida em maio de 1943. A partir desse momento, oficialmente, os partidos comunistas estavam livres para formular e implementar as suas respectivas estratégias políticas. Entretanto, segundo Lilly Marcou (1979), as tradições, os ritos e os mecanismos estruturais,

¹ A organização foi criada em 1919 e expressava a vitória da revolução comunista na Rússia. Seu objetivo era o de estimular e unificar as lutas dos partidos comunistas de todo o mundo.

enfim, o “estado de espírito” do *Komintern*, se perpetuaram na organização que lhes sucedeu, o *Kominform*.² A nova organização, criada em setembro de 1947 em uma reunião da qual participaram apenas nove partidos comunistas³, surgiu definindo-se como um organismo internacional do movimento comunista, mas recusando-se a ser identificado como continuidade da IC. De toda forma, mesmo não tendo a estrutura institucional do *Komintern*, na prática, as resoluções do novo organismo continuavam a influenciar os partidos comunistas, que as utilizavam como documentos de base na elaboração de suas políticas nacionais (MARCOU, 1979; CLAUDIN, 1972).

A grande mudança trazida para a estratégia dos comunistas em relação ao período da IC, ainda segundo Marcou (1980), foi a adoção da política de luta pela paz que substituiu o combate pela revolução. Essa política vai aparecer na tática dos PCs durante o decênio de vigência do *Kominform* como luta pela independência nacional, o boicote ao plano Marshal e aos social-democratas, atividade que deveria se exercer por meio de uma ação de massas cada vez mais larga.

O *Kominform* cessou as suas atividades em abril de 1956. Pela primeira vez em sua história, os partidos comunistas deixavam de ter um organismo que centralizasse as suas estratégias políticas ou que pelo menos elaborasse documentos que pudessem servir de inspiração para suas discussões, o que traria importantes mudanças para o MCI. Antes, porém, de refletir sobre o caminho que seguiriam diante da nova situação, os comunistas tiveram de lidar com as graves consequências suscitadas pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) realizado em fevereiro.

O XX Congresso do PCUS costuma ser apontado como um dos eventos de maior importância na história do comunismo internacional porque, de um lado, foram denunciados os crimes que Josef Stalin havia praticado durante o período em que estivera no poder, o que foi um grande choque para os comunistas do mundo inteiro. Vale lembrar que esses militantes tiveram as suas formações políticas e ideológicas calcada na imagem de Stalin como exemplo de homem e dirigente político. De outro lado, as teses aprovadas, como a da consagração da via parlamentar ao socialismo e a da coexistência pacífica entre os sistemas capitalista e

² *Kominform* é abreviação de *Communist Information Bureau*, termo correntemente utilizado para designar o organismo que sucedeu o *Komintern*.

³ São eles os partidos comunistas soviético, iugoslavo, búlgaro, húngaro, romeno, polonês, tchecoslovaco, francês e italiano.

comunista, eram contrárias à política adotada até aquele momento pelo *Kominform* e pelos PCs de todo o mundo.

Outros acontecimentos que antecederam a conferência de 1957, tendo também consequências importantes para o comunismo internacional, foram as rebeliões da Polônia e da Hungria, em 1956, que colocaram em xeque o incondicionalismo face ao comunismo soviético e à estrutura organizacional do MCI. Esses eventos, acontecendo logo após o XX Congresso do PCUS, apareceram como símbolos dos novos caminhos sugeridos pelo partido russo ao adotar a tese da pluralidade das vias nacionais de acesso e do desenvolvimento do socialismo. Contudo, esta não foi a interpretação do Estado soviético, que sufocou com violência tais movimentos.

A CONFERÊNCIA DE 1957 E A BUSCA DE ALTERNATIVAS

Os comunistas se viram, por conseguinte, impelidos a pensar em um novo espaço de centralização de suas ações políticas, o que dificilmente poderia ser feito a partir da retomada do modelo *Kominformiano* que, ademais, acabara de ser dissolvido. Nesse momento, o modelo da *conferência internacional* aparece como a saída mais viável para assegurar o mínimo de unidade do movimento comunista internacional. Entretanto, ainda que aparentemente a Conferência de 1957 tenha assegurado certa coesão ao MCI, foi nela também que se manifestaram os primeiros sinais de desagregação do antigo modelo de ação dos comunistas (MARCOU, 1979, p. 50). As discussões em torno do papel dirigente da União Soviética, a presença da China – que, aos poucos, rivalizava com os soviéticos o papel dirigente dentro do MCI –, as consequências do XX Congresso e as rebeliões húngara e polonesa levaram a divergências que fizeram com que o documento apresentado pelos russos não fosse aprovado por unanimidade.

De forma geral, o centro da disputa estava na crítica que o Partido Comunista Chinês (PCCh) fazia às teses do XX Congresso do PCUS, cobrando uma retomada da ortodoxia política e institucional que teria sido abandonada pela URSS. Ao posicionamento dos chineses se contrapunha, principalmente, às ideias defendidas pelos italianos que, representados por Palmiro Togliatti, se mostravam contrários a qualquer forma permanente ou momentânea de centralização das decisões dos partidos comunistas, buscando salvaguardar a autonomia dos PCs. Por sua vez, contra as teses defendidas pelo Partido Comunista Italiano (PCI), levantava-se o Partido Comunista Francês (PCF),

denunciando o “revisionismo” do partido italiano, que teria se manifestado desde as primeiras apreciações de Togliatti sobre o XX Congresso (MARCOU, 1979, p. 59; RONY, 1982).

Outro tema que causou discussões acirradas durante os trabalhos da conferência se refere às teses aprovadas pelo XX Congresso do PCUS. Trata-se das propostas do movimento de luta pela paz, como tática fundamental para os partidos comunistas, e a via pacífica de passagem ao socialismo como caminho privilegiado de atuação. Nos dois casos, o PCCh apresentou forte oposição. Dessa forma, o resultado final do conclave se deu a partir da tentativa de buscar uma acomodação entre as propostas apresentadas, o que transparece tanto na elaboração do documento final quanto na forma como cada partido iria utilizá-lo na definição de sua tática política. Assim, se a resolução enfatiza a estratégia de luta pela paz e a possibilidade da via pacífica ao socialismo, apresenta também a hipótese da utilização de “meios não pacíficos” como fruto das exigências dos chineses.

No que se refere ao uso da resolução da Conferência de 1957, enquanto partidos como o PCF seguiriam o caminho tradicional de tomá-la como claro suporte para a elaboração de sua estratégia política, outros, como o PCCh e PCI, ainda que por motivos distintos, apresentaram posições críticas em relação a sua aplicação. De qualquer forma, o movimento comunista saiu da conferência portando certa coesão, a qual viria a perder no decorrer dos próximos encontros.

É importante salientar que no momento em que ocorria a conferência, os partidos comunistas estavam em plena crise causada pelas denúncias dos crimes do Stalin. Em cada um dos PCs, discutia-se fervorosamente se deveria fazer uma crítica profunda ou superficial ao período em que Josef Stalin exerceu seu poder na União Soviética. Da mesma forma, como consequência desse debate, perguntava-se se cada partido deveria ou não seguir um caminho nacional rumo ao socialismo, abandonando o modelo soviético, que parecia ter demonstrado seus limites. Essa situação ampla do MCI ajuda a explicar a tentativa, na Conferência de 1957, de se manter a coesão sob pena da dispersão generalizada dos comunistas ao redor do mundo.

São vários os exemplos da preocupação entre os partidos comunistas com a unidade do movimento comunista e da permanência da identificação com os soviéticos. Segundo Manuel Azcarate e Carlos Alonso Zaldivar, o Partido Comunista Espanhol, entre 1957 e 1960, adotou posições de apoio incondicional aos soviéticos (1982, p. 232). O

PCF, por sua vez, ao publicar um conjunto de documentos a repetos deste mesmo período, afirma:

como se verá na leitura destes documentos, o Partido Comunista Francês defendeu constantemente uma política fundada sobre a unidade e a solidariedade do Movimento Comunista e Operário Internacional, uma política conforme os interesses da classe trabalhadora e do povo francês, um apolítica de defesa da paz, pela democracia e pelo socialismo (PCF, 1963).

Como veremos adiante, esse posicionamento dos partidos comunistas europeus, na tentativa de apaziguamento da crise latente nas relações do comunismo internacional, torna-se cada vez mais difícil diante do aumento da intensidade da crise que envolve a China e a URSS. Além disso, o aprofundamento do processo de desestalinização, iniciado em 1956, passa, gradativamente, a intensificar os debates internos dos PCs em todo o mundo.

A CONFERÊNCIA DE 1960 E A CRISE DOS COMUNISTAS

Em novembro de 1960, aconteceu em Moscou mais uma conferência, da qual participaram 81 partidos comunistas e cujos grandes temas debatidos trataram das divergências do MCI. Em primeiro plano, apareceu o conflito entre chineses e soviéticos que, com demasiado esforço, se mantinha dentro das normas tradicionais de disputas entre os comunistas, o que pressupunha muito cuidado no trato das divergências internas. O problema, que ocupa o centro do evento, não conseguiu ser resolvido durante o encontro de Bucareste realizado em junho de 1960, estendendo-se até a Conferência de novembro⁴. Em segundo lugar apareceu o conflito que envolveu os soviéticos, a Albânia e a Yugoslávia que, aos poucos, minava o pretense monolitismo do movimento comunista internacional.

O conflito com os yugoslavos, tornado público apenas em 1958, já era gestado desde as revoltas da Polônia e da Hungria após o XX Congresso, passando pela refutação da Yugoslávia em assinar a declaração da Conferência de 1957. Entretanto, os soviéticos reagiram

⁴ Em junho de 1960, à margem do III Congresso do PC romeno, foi realizado um encontro dos partidos do campo socialista. Durante esse encontro, a URSS teria usado toda a sua influência para tentar isolar os chineses no MCI (MARCOU, 1980).

com energia quando, enfim, o partido yugoslavo passou a defender em seus documentos que cada país comunista deveria ter o direito de neutralidade entre os blocos político-militares e que poderiam, por exemplo, deixar o Pacto de Varsóvia, se assim o desejassem. Associando-se a esse fenômeno, a intervenção dos chineses exigiu medidas centralizadoras por parte do MCI, que se compreende facilmente a condenação da Yugoslávia durante a conferência. Esta vai ser apontada pela URSS, a partir de então, como expressão do revisionismo contemporâneo (MARCOU, 1980).

Entre 1956 e 1960, embora reinasse uma aparente concórdia entre chineses e soviéticos, inclusive com a assinatura em conjunto do documento da conferência de 1957, uma série de divergências se acumulavam entre os dois partidos e, logo, entre os dois Estados. Foi em abril de 1960, com a publicação pelos chineses do panfleto *Viva o leninismo*, que o conflito adentrou o terreno ideológico. Em outras palavras, foi no momento em que os chineses trataram publicamente dos grandes temas do MCI – como o da natureza da coexistência pacífica, da guerra e da luta pela paz, ou, ainda, das vias de passagem ao socialismo – que o problema foi enfrentado pela URSS e, em certa medida, por todos os partidos comunistas. Isto foi exatamente o que se passou durante a Conferência de 1960 e, pela primeira vez na história do MCI, dirigentes da URSS e da China expuseram publicamente suas diferentes perspectivas em torno dos grandes temas que envolviam o comunismo internacional.

Ainda no transcorrer da conferência, mais um evento apontaria para o fim do monolitismo do MCI: a intervenção do Secretário Geral do Partido do Trabalho da Albânia, Hever Hoxha. Tendo ele já se posicionado contra as teses dos soviéticos em 1957, dessa vez, de forma “explícita, abrupta, e mesmo violenta” (MARCOU, 1980, p. 59), criticou toda a política implementada pela União Soviética desde a chegada de Krushchev ao poder, responsabilizando-a pela crise do movimento comunista e pela ascensão de correntes revisionistas.

As teses defendidas pelo PCUS receberam o apoio da maioria dos participantes, sem conseguir, no entanto, a unanimidade almejada. No documento final, a ênfase recaiu sobre a necessidade da união do movimento comunista internacional. No que se referiu à estratégia política, o seu centro girou em torno da luta pela paz, da coexistência pacífica e da possibilidade de várias vias de acesso ao socialismo, como queriam os soviéticos.⁵

⁵ Ver a resolução da Conferência em Christian-Marie Wallon-Leduc (1978, p. 225-253).

CUBA E O COMUNISMO INTERNACIONAL

A revolução cubana aparece na cena política mundial no panorama de um movimento comunista internacional que, aos poucos, mas irremediavelmente, perdia o seu caráter monolítico, sobretudo a partir da cisão sino-soviética. Em um primeiro olhar, a partir de uma perspectiva europeia, a experiência cubana vai ser tomada como mais um elemento de tensão dentro do conturbado MCI nos anos 1960. Do ponto de vista cubano, por sua vez, a tensão no mundo comunista apareceu como possibilidade de ocupar um espectro político mais amplo do que apenas aquele relacionado ao comunismo.

No decorrer dos anos 1960, Cuba estabeleceu uma relação contraditória com o comunismo internacional. De um lado, o país se manteve inserido no MCI, permanecendo próximo das teses da União Soviética no que concerne às discussões ideológicas do mundo comunista. Por outro lado, a revolução cubana provocou uma grave crise política nos partidos comunistas latino-americanos, os quais sofreram várias cisões oriundas de discussões causadas pelo que se convencionou denominar de castro-guevarismo.⁶ Assim, a ambivalência cubana frente à ortodoxia comunista transpareceu em sua clara participação na engrenagem do comunismo internacional em alguns momentos e, em outros, em sua negação e crítica aberta aos partidos comunistas do continente americano.

Nesse caminho, na primeira metade da década de 1960, os cubanos apareceram no cenário mundial como próximos da política internacional soviética, tanto no que concerne aos conflitos com os EUA, quanto ao que se refere à crise com os chineses. Vale lembrar que entre 1961 e 1962, Cuba esteve no centro da grave polêmica, que envolveu os EUA e a União Soviética, sobre o envio de mísseis nucleares para a ilha de Fidel Castro. Interceptados pelo serviço de inteligência americano antes de seu desembarque em Cuba, o incidente levou as duas potências mundiais à beira de uma catástrofe nuclear. Como resultado, os soviéticos concordaram em fazer voltar os mísseis para o seu território em troca da

⁶ Usamos a expressão castro-guevarismo como o conjunto de ideias oriundas de escritos de Che Guevara e dos discursos de Fidel Castro, os quais foram sistematizados por Régis Debray em seu livro *Revolução na revolução*. Em resumo, tratava-se de mostrar que a luta armada, por meio da guerra de guerrilhas, era o método que deveria ser utilizado na América Latina dos anos 1960 para se fazer a revolução, o que podia prescindir da presença de um partido comunista e de outras condições preconizadas pela tradição da IC.

promessa norte-americana de não invadir Cuba. Em que pese o protesto do governo cubano por não ter sido consultado sobre as decisões tomadas sobre o destino de seu país⁷, um ano após ter proclamado o caráter socialista de sua revolução, Cuba passou a ser vista, irremediavelmente, como importante aliado dos soviéticos na América Latina.⁸

Em dezembro de 1964, os cubanos deram mais uma prova de sua fidelidade à estrutura do comunismo internacional, realizando em Havana, com o apoio da União Soviética, uma conferência regional de partidos comunistas. Mesmo que o PCCh tenha enviado representantes, a não-participação e a condenação de partidos pró-chineses, os quais já existiam na América Latina no início dos anos 1960,⁹ pode representar uma tomada de posição contra o fracionismo do MCI no continente, que, para alguns, estaria sendo apoiado pela China.¹⁰ Ainda no caminho da proximidade com o MCI, o Partido Popular Socialista Cubano¹¹ participou da conferência realizada em Moscou, em março de 1965, a qual conseguiu reunir apenas 19 partidos.¹²

O posicionamento de Cuba frente ao MCI se modificou a partir de 1966, com a realização da I Conferência Tricontinental de Solidariedade aos povos da África, Ásia e América Latina, e, sobretudo, em 1967, por meio da realização da I Conferência da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS). A realização desta reunião representou uma tentativa de institucionalização das ideias cubanas sobre

⁷ Sobre as relações entre Cuba e a União Soviética, ver Jacques Lévesque (1976).

⁸ O tema das relações entre Cuba, URSS e os EUA, no contexto da guerra fria, costuma ser tratado na maioria dos livros sobre a História da América Latina no período. Ver, entre outros, Pierre Riado (1992) e Pierre Vayssière (1999).

⁹ Caso exemplar é o do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Surgido em 1962, a partir de uma cisão no Partido Comunista Brasileiro (PCB), houve conversações com os cubanos e foi o responsável pela primeira tradução e publicação no Brasil do famoso escrito de Che Guevara, Guerra de guerrilhas. A partir de 1963, o PC do B assume uma orientação maoísta e, como tal, não foi convidado para a conferência de Havana, à qual faria duras críticas. A principal delas era a de que Cuba teria se transformado em um centro do revisionismo contemporâneo no continente americano, na medida em que Fidel Castro passara a apoiar a política revisionista do PCUS. Sobre a história do PC do B, ver o trabalho de Jean Rodrigues Sales (2007b).

¹⁰ Sobre a conferência dos partidos comunistas realizada em Cuba, ver Jacques Lévesque (1976).

¹¹ Esta era a designação do partido comunista em Cuba.

¹² Para a conferência de Moscou, ver Lilly Marcou (1979).

o caminho revolucionário na América Latina. Em sua resolução, conclama, entre outros aspectos:

(...)

5. Que a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da revolução na América Latina.
6. Que todas as demais formas de luta devem servir e não atrasar o desenvolvimento da linha fundamental da revolução na América Latina.
7. Que para a maioria dos países do continente, o problema de organizar, iniciar, desenvolver e fazer culminar a luta armada constitui hoje a tarefa imediata e fundamental do movimento revolucionário.
8. Que os países nos quais esta tarefa não tiver sido proposta de modo imediato devem considerá-la de todas as formas como uma perspectiva inevitável no desenvolvimento da luta revolucionária em seu país.
9. Que aos povos de cada país e às suas vanguardas revolucionárias corresponderá a necessidade histórica de estimular a revolução armada em cada um deles.
10. Que a guerrilha – como embrião do exército de libertação – constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria dos nossos países.
11. Que a direção da revolução exige, como princípio organizativo, a existência do comando unificado político e militar como garantia para seu êxito (...) (LÖWY, 1999, p. 313).

Desde o início, os cubanos guardaram certa autonomia em relação às teses apresentadas pelo MCI, o que demonstra a ambivalência da política cubana apontada acima. Basta lembrar que, muito antes da OLAS, durante os anos em que os cubanos participavam das reuniões do MCI, Cuba apoiou claramente grupos que propunham o desencadeamento da luta armada no continente por meio da guerra de guerrilhas. Fazia isto, entre outros meios, por meio do treinamento guerrilheiro oferecido a diversos agrupamentos, o que era contrário à linha adotada pelos comunistas. Além disso, um grupo liderado por Che Guevara, apoiado diretamente por Cuba, envolveu-se em lutas na África e América do Sul¹³.

Um exemplo flagrante dessa política é o das Ligas Camponesas, grupo brasileiro particularmente ativo antes de 1964, que, após ter

¹³ Ver a este respeito o livro de um dos participantes dos eventos (RAMIREZ, 1996).

recebido treinamento em Cuba, foi responsável pela tentativa de criar um campo preparatório de guerrilha no Brasil, projeto descoberto e aniquilado pela polícia.¹⁴ De qualquer forma, certamente foi a partir da reunião da OLAS que se tornou patente a intenção dos cubanos de exportar seu modelo de revolução para o conjunto do continente e tornar-se um centro revolucionário para além das influências chinesa e soviética.

Uma primeira consequência do novo posicionamento cubano foi a oposição tenaz dos partidos comunistas contra essa nova política, a qual procurava exportar a revolução para os países latino-americanos. Com a divulgação de *slogans* tais como “criar dois, três, vários Vietnams” ou “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, os cubanos acabavam questionando a política dos PCs do continente. Estes, por sua vez, sofreram diversas cisões que deram origem a grupos que se inspiravam no exemplo de Cuba, sobretudo no que se refere à utilização da guerra de guerrilha. A nova orientação de Fidel Castro será percebida também pela ausência de seu país na reunião do MCI realizada em Budapeste, em fevereiro de 1968.¹⁵

Segundo Lilly Marcou (1979, p. 53), quanto mais o modelo castrista tentava se afirmar no plano teórico e institucional, maior era o número de PCs que reclamavam a condenação de Cuba pelo conjunto do MCI. Entretanto, o momento não era propício a exclusões. A maior preocupação naquele conclave era a unidade do movimento comunista, a qual já estava suficientemente abalada pelas discussões entre China e União Soviética. Assim, a conferência de Budapeste, em que predominaram os partidos europeus, “não aborda nem mesmo o tema” das divergências dos PCs da América Latina em relação à política de exportação da revolução que vinha sendo praticada pelos cubanos.

Na situação de radicalização da revolução cubana, os soviéticos preferiram não responder com condenações ou rompimento público. Seja pela grave crise por que já passava a unidade do MCI, seja pelas questões que envolviam a coexistência com os EUA, a União Soviética seguiu um caminho de lentas negociações com o governo cubano para convencê-lo a parar de apoiar as guerrilhas no continente. Porém, ao mesmo tempo,

¹⁴ Sobre o treinamento de guerrilheiros brasileiros em Cuba, ver Denise Rollemberg (2001). Sobre as relações das esquerdas brasileiras com a revolução cubana, ver Jean Rodrigues Sales (2007a).

¹⁵ As duas reuniões serviram como preparativo para a conferência dos partidos comunistas realizada em 1969, em Moscou.

não deixava de oferecer as páginas de seus jornais para que os partidos comunistas latino-americanos mostrassem o seu descontentamento face à política de Fidel Castro (LÉVESQUE, 1976).

No final da década de 1960, as relações de Cuba com o MCI e com os soviéticos voltaram a se normalizar. Mesmo não tendo feito parte de sua preparação, os cubanos participaram da Conferência de Moscou, em junho de 1969. Sobre um dos temas principais da reunião, o posicionamento de Cuba, dada sua atuação política independente dos últimos tempos, causaria uma grande surpresa: a delegação cubana se pronunciou favoravelmente à invasão da Tchecoslováquia pelas tropas soviéticas, na primavera de 1968. Para os cubanos, mesmo que a invasão significasse juridicamente uma violação da soberania do país, ela era politicamente necessária para salvaguardar as conquistas do socialismo (MARCOU, 1979). A posição de Cuba nessa reunião pode servir como símbolo de sua reaproximação com a União Soviética, uma relação que se tornou estável até os anos 1980, quando o socialismo real entraria em sua crise irreversível.

A REVOLUÇÃO CUBANA E O COMUNISMO LATINO-AMERICANO

A revolução cubana causou um grande impacto sobre as esquerdas latino-americanas nos anos 1960 e 1970. Uma vez vitoriosa em 1959, os seus protagonistas passaram a proclamar o seu modelo como válido para o conjunto do continente, o que levou essa revolução a representar um marco na história do socialismo e das lutas revolucionárias na América Latina. Michael Löwy (1999), ao fazer uma periodização da história do marxismo no continente, colocou a revolução cubana como ponto de referência para a abertura de um terceiro período revolucionário, o qual se destaca pela ascensão de correntes radicais que tinham em comum a defesa da natureza socialista da revolução e a legitimidade da luta armada.¹⁶

Ainda para Löwy (1999), a consolidação e a ampliação do trotskismo na América Latina nos anos 1960 ocorreram, entre outras razões, pelo fato de a revolução cubana ter sido vista por muitos setores

¹⁶ O primeiro momento seria o período dos anos 1920 até meados dos anos 1930, cuja maior expressão foi Mariátegui e teve na insurreição salvadorenha de 1932 a mais importante manifestação prática. De 1930 até 1959 seria a fase na qual a interpretação soviética do marxismo foi hegemônica e, dessa forma, a definição da revolução por etapas, na qual estava definida a primeira das etapas, a democrático-burguesa, para a América Latina (LÖWY, 1999).

da juventude como a concretização de algumas teses, como a da revolução permanente. Além disso, as críticas à URSS feitas há décadas por essa corrente, pareciam agora ter muito mais sentido. Outra vertente marxista que sofreu influência da experiência cubana foi a socialista, que, em alguns lugares, foi atraída para o caminho das armas.

Juan Carlos Portantiero (1985), também ao tratar do marxismo latino-americano no século XX, aponta o princípio dos anos 1960 como o início de uma nova etapa de sua história, marcada pela influência do castrismo “enquanto fusão ideológica de nacionalismo e de socialismo”, bem como pela influência do guevarismo como inspirações políticas. A influência cubana poderia ser identificada em dois momentos. Inicialmente, teria sido mais por simpatia que por fruto de uma decisão elaborada pelo novo centro de poder socialista. Em uma segunda fase, constituiu-se com o apoio ativo de Cuba aos novos revolucionários do continente, o que definiria uma oposição inicialmente silenciosa, mas logo depois explícita, em face dos partidos comunistas que, por sua vez, sempre encararam com desconfiança o surgimento do castrismo (PORTANTIERO, 1985).

Por fim, ainda no que se refere ao significado mais amplo da revolução cubana sobre as esquerdas latino-americanas, a sua importância pode ser medida por dois fatos que hoje, segundo Castañeda (1994), costumam ser ignorados. Primeiro, desde a expedição do *Granma* em 1956, foi incessante a luta armada revolucionária na América Latina. Segundo, em todos os países do continente, a esquerda foi influenciada por Cuba: partidos comunistas, intelectuais, dirigentes sindicais e ex-caudilhos populistas.

Nesse caminho, surgiu uma série de grupos sob a influência da revolução cubana, os quais, em sua maioria, tomaram o caminho da guerrilha rural com nítida inspiração na vitória do Movimento 26 de julho. São os casos, por exemplo, da FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional) e do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) na Venezuela; das FAR (Forças Armadas Revolucionárias) e o MR-13 (Movimento Revolucionário 13 de novembro) na Guatemala; do MIR e do ELN (Exército de Libertação Nacional) no Peru; da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional) na Nicarágua; do Movimento 14 de

junho na República Dominicana e o ELN do próprio Che Guevara, na Bolívia.¹⁷

Além do surgimento desses agrupamentos, outro aspecto, que figura entre os mais importantes relacionados à influência cubana na América Latina, interessando diretamente a este artigo, é o das relações estabelecidas com os partidos comunistas do continente. Estes, em aparente contradição, estariam entre os primeiros defensores da revolução cubana e seriam também um dos setores das esquerdas no continente que veriam as suas orientações políticas e ideológicas mais intensamente questionadas pelo exemplo cubano. Na prática, para toda uma geração de revolucionários que iniciaria sua militância política nos anos 1960, a revolução cubana colocaria em xeque a orientação dos partidos comunistas que lutavam, entre outras coisas, por uma revolução democrático-burguesa por meio de um caminho pacífico, com uma aliança importante com a burguesia nacional, tida então como revolucionária e com a presença incontestada de um partido comunista no processo revolucionário. A revolução cubana, seja pela sua própria propaganda¹⁸, seja pelas interpretações feitas por grande parte da esquerda do continente, aparecia aos olhos dessa nova geração de militantes como algo muito diferente do que propunham os comunistas.¹⁹

Os partidos comunistas do continente reagiram às ideias e propostas dos cubanos para a estratégia revolucionária latino-americana. Um exemplo dessa reação foi a negativa de vários deles em participar da reunião da OLAS, em 1967. A influência da política cubana incomodava de forma tão intensa os comunistas que, se tomarmos o exemplo brasileiro, veremos que tanto o Partido Comunista Brasileiro (PCB), próximo da política soviética, quanto o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que mantinha fortes ligações com os chineses, passaram a criticar fortemente os cubanos a partir de 1966 (SALES, 2007b). Mesmo no início dos anos 1960, quando era grande o entusiasmo em torno da

¹⁷ Além dos grupos citados por Löwy (1999, p. 47), há outros que podem ser lembrados, como o Exército Guerrilheiro do Povo, na Argentina, e setores das Ligas Camponesas no Brasil. Para o caso brasileiro, ver Jean Rodrigues Sales (2007a).

¹⁸ Ver sobre os discursos de Fidel Castro e de Che Guevara, além das teses aprovadas na OLAS, que iam de encontro às orientações dos comunistas.

¹⁹ É um tema por demais amplo para se tentar indicar uma única bibliografia. Assim, além dos textos já citados de Portantiero (1985), Löwy (1999) e Castañeda (1994), pode-se consultar o livro de Luiz Alberto Moniz Bandeira (1998), que é importante contribuição para o entendimento das tensões na América Latina entre os partidos comunistas e a revolução cubana.

vitória da revolução cubana, o líder do PCB, Luis Carlos Prestes, já criticava os grupos que propunham a luta armada como estratégia revolucionária para o Brasil. Em uma entrevista ao jornal cubano *Hoy*, em março de 1963, afirmava Prestes:

há pessoas que equivocadamente acreditam que o melhor apoio a Cuba seria dar começo a uma luta armada no Brasil para depor o Governo. Nas atuais condições do Brasil isso seria completamente falso. Isolaria os comunistas das massas e facilitaria o trabalho daqueles que pressionam o Governo no sentido de romper as relações com o Governo cubano. A política dos comunistas tampouco é compreendida por algumas pessoas que chegam a supor que somos contrários à II Declaração de Havana (...). Os comunistas do Brasil pensam que interessa às massas fazer todos os esforços para utilizar as possibilidades existentes do caminho pacífico para a revolução no Brasil (1963).

Não é de difícil compreensão o choque com os partidos comunistas. Uma passagem, mesmo que panorâmica, sobre algumas características do processo revolucionário cubano é suficiente para o esclarecimento do problema. Além das questões já abordadas acima, relacionadas à atuação política direta, havia pelo menos seis características dessa revolução que incomodavam os partidos comunistas: primeiro - ela defendia a necessidade de uma revolução continental para evitar o cerco do imperialismo norte-americano; segundo - apregoava a natureza socialista da revolução no continente; terceiro - a luta armada aparecia como caminho necessário para a revolução; quarto - a liderança da revolução foi a classe média, urbana e ilustrada; quinto - o processo revolucionário se desenvolveu a partir de uma aliança privilegiada entre estudantes e intelectuais com o campesinato, e não com o proletariado; enfim, na perspectiva cubana, os partidos comunistas deixam de ser instrumentos revolucionários importantes (CASTAÑEDA, 1994).

A presença da influência cubana não se restringe nem aos partidos comunistas, nem apenas aos primeiros anos da década de 1960. Após a morte de Che Guevara, na Bolívia, em outubro de 1967, surgiram vários grupos de inspiração foquista. Diferentemente daqueles do início dos anos 1960, estes seriam formados por movimentos guerrilheiros urbanos, ainda que propusessem, muitas vezes, a necessidade da guerrilha rural. Entre outros, são os casos do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros no Uruguai; do PRT-ERP (Partido Revolucionário dos Trabalhadores-Exército Revolucionário do Povo) na Argentina; do MIR

(liderado por Miguel Enríquez) no Chile e da Ação Libertadora Nacional, no Brasil (SALES, 2007a). Haveria ainda, talvez representando o último momento dessa fase de movimentos de inspiração castrista, a organização de uma junta de Coordenação Revolucionária, formada pelo PRT-ERP, o MIR chileno, os Tupamaros e o ELN boliviano (LÖWY, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução cubana teve importante papel na história do comunismo internacional. Na perspectiva europeia, ela aparecia como mais um elemento complicador nas difíceis relações do MCI no decorrer dos anos 1960. Para os partidos comunistas europeus, era necessário manter a coesão do comunismo internacional e, nesse sentido, o ideal seria que os cubanos não tencionassem ainda mais as relações do mundo comunista.

Os cubanos, por sua vez, agiram com uma aparente contradição: ao mesmo tempo em que apareciam como aliados dos soviéticos no panorama internacional, apoiavam projetos de luta armada em vários países da América Latina, política esta claramente contrária à atuação dos partidos comunistas no continente. Na prática, as divergências no MCI possibilitaram aos revolucionários cubanos uma margem de atuação ampla, ora aproximando-se das forças comunistas tradicionais, ora atuando juntamente com movimentos revolucionários de variados matizes que surgiram na América Latina na década de 1960. A fase aguda de atrito se deu entre 1966 e 1967, quando o regime cubano chegou a formular publicamente a proposta de uma revolução socialista feita por meio da luta armada como orientação válida para a América Latina. A partir de meados dos anos 1970, Cuba se reaproximou gradativamente da esfera de influência soviética.

Os partidos comunistas latino-americanos viram-se em uma situação incômoda diante do avanço das heterodoxas ideias cubanas. Ao mesmo tempo em que buscavam defender o regime de Fidel Castro das críticas conservadoras e dos ataques dos EUA, eles próprios eram criticados pelos cubanos que os denominavam de inertes correntes revolucionárias. Os PCs, preocupados com a unidade do comunismo internacional, agiram com cautela nas críticas a Cuba. Apenas nos momentos de maior radicalização da política de exportação da revolução por parte dos cubanos, esses partidos tornaram públicas suas divergências. A partir da década de 1970, os comunistas voltaram a apoiar a ilha de Fidel Castro diante das constantes ameaças norte-americanas.

O início dos anos 1970 foi marcado pela derrota da maioria dos grupos revolucionários que surgiu inspirada pela luta revolucionária cubana. Mas, para alguns autores, o ciclo revolucionário aberto por essa revolução não estaria esgotado, tendo se estendido até a vitória da revolução nicaraguense e o desenvolvimento de frentes revolucionárias na América Central nos anos 1980, eventos com ligações orgânicas e ideológicas com os cubanos (LÖWY, 1999; CASTAÑEDA, 1994). Poderíamos ainda apontar as relações de alguns setores que fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, com o ideário cubano, o que pode ser verificado pelo apoio que, muitas vezes, Fidel Castro recebeu dos militantes petistas no decorrer dos anos 1980 e 1990, o que demonstra a força e a longevidade da atração exercida pelos cubanos no seio da esquerda do continente.

REFERÊNCIAS

- AZCARATE, M; ZALDIVAR, C. A. Sur les relations entre le Parti Communiste d'Espagne et Le Parti Communiste de l'Union Soviétique. In: MARCOU, Lilly (org.). *L'URSS vue de gauche*. Paris : PUF, 1982, p. 231-250.
- CASTAÑEDA, Jorge. *A utopia desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CLAUDIN, Fernando. *La crise du mouvement communiste: du Komintern au Kominform*. Paris: Maspero, 1972.
- FEJTO, François. *Chine-URSS, de l'alliance au conflit, 1950-1972*. Paris: Seuil, 1973.
- LÉVESQUE, Jacques. *L'URSS et la révolution cubaine*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques; Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 1976.
- LÉVESQUE, Jacques. *Le conflit sino-soviétique*. Paris: PUF, 1973.
- LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- MARCOU, Lilly. *L'Internationale après Staline*. Paris: Bernard Grasset, 1979.
- MARCOU, Lilly. *Le Kominform: le communisme de guerre froide*. Paris: Presse de la fondation nationale de sciences politique, 1977.
- MARCOU, Lilly. *Le mouvement communiste international depuis 1945*. Paris: PUF, 1980.

- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel. A revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- PARTIDO COMUNISTA FRANCÊS. *Problèmes du mouvement communiste international*. Paris: s. e, 1963.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In: HOBSBAWM, Eric. J. *História do marxismo (v.6)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 333-357.
- PRESTES, Luis Carlos. Caminho da revolução pode ser pacífico (Entrevista). In: *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 1-9 maio. 1963.
- RAMIREZ, Daniel Alarcón. *Vie et mort de la révolution cubaine*. Paris: Fayard, 1996.
- RIADO, Pierre. *L'Amérique latine de 1945 à nos jours*. Paris: Masson, 1992.
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- RONY, Jean. Préliminaires à une “troisième voie”: le parti communiste italien et l'URSS. In : MARCOU, Lilly. *L'URSS vue de gauche*. Paris: PUF, 1982, p 211-229.
- SALES, Jean Rodrigues Sales. *A luta armada contra a ditadura militar. A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007a.
- SALES, Jean Rodrigues. O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974). Campinas, 2005. Tese (Doutorado em História) - IFCH-UNICAMP.
- SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, M; REIS, D. A. (Org.). *História do marxismo no Brasil (v. 6)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007b, p. 63-103.
- VAYSSIÈRE, Pierre. *L'Amérique latine de 1890 à nos jours*. 2. ed. Paris: Hachette, 1999.
- WALLON-LEDUC, Christian-Marie. *Le parti communiste français et le mouvement communiste international (depuis la dissolution de l'internationale)*. Lille, 1978. Thèse de doctorat d'Etat (Science politique) – Université du Lille II.
- WOLICOW, Serge. Internationalistes e internationalismes communistes. In: DREYFUS, Michel et al. (dir.). *Le siècle des communismes*. Paris: Les éditions de l'atelier, 2000a, p. 341-368.

WOLICOW, Serge. Les interprétations du mouvement communiste international. In: DREYFUS, Michel et al. (dir.). *Le siècle des communismes*. Paris: Les éditions de l'atelier, 2000b, p. 83-91.

